

## Projeto PIBIC/2021-2022

O conceito de interseccionalidade e seu uso para análise da justiça social nas políticas globais

### *Introdução*

Este projeto tem como intuito investigar e explorar os contornos mais relevantes do conceito de interseccionalidade tal como apresentado na obra *Interseccionalidade* (2016) de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge. Em seguida, tomando o conceito enquanto ferramenta analítica, o projeto pretende investigar como as autoras mostram que ele pode contribuir para análise política, em específico os âmbitos do neoliberalismo e da identidade política. A obra já citada será o objeto de estudo central dessa pesquisa, embora conte-se também com o suporte de outras bibliografias existentes sobre o assunto abordado, a fim de desenvolver o tema.

Conforme mostram as autoras, a realidade social é pautada por múltiplos sistemas de opressões e complexas estruturas de poder, assim, as pessoas estão sujeitas a diversas formas de opressão, as quais não podem ser dissociadas e tratadas como campos excludentes. É nesse sentido que a interseccionalidade age de modo a analisar a relacionalidade de diferentes fatores que moldam as experiências individuais, como raça, classe, gênero, etnia e outros, destacando aspectos de desigualdade social associados a essas categorias.

Assim sendo, embora recente, tendo sido atribuída sua conceituação por Kimberlé Crenshaw em 1991, através do artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, política identitária e violência contra mulheres de cor”, a interseccionalidade ganhou relevância. Nos anos que sucederam sua denominação ela passou a ter espaço nos estudos acadêmicos e foi levada a uma esfera maior e esteve presente na elaboração de projetos globais. Isso se dá pela sua relevância na abordagem dos estudos sociais ao analisar por múltiplas lentes determinado problema, proporcionando soluções de novos impasses e revisão de políticas anteriores.

Sob a luz dessas considerações se faz relevante abordar a busca por justiça social através das lentes interseccionais, de forma a se atentar analiticamente ao modo como o poder age na sociedade e como, mesmo em Estados-nação distintos, determinadas políticas agem de maneira semelhante. Nesse viés, destacam-se quatro domínios de poder: interpessoal, disciplinar, cultural e estrutural. É através deles que se observa a lógica na qual as relações sociais estão fundamentadas, pontuando, portanto, as desigualdades sociais, as quais não incidem da mesma forma sobre todos os grupos. Isto se posiciona como resultado da estrutura capitalista que sustenta essa situação. Ressalta-se, nesse sentido, que as categorias identitárias especificam essas disparidades, assim:

Postular que as configurações contemporâneas do capital global que alimentam e sustentam as crescentes desigualdades sociais se referem à exploração de classes, ao racismo, ao sexismo e aos outros sistemas de poder promove um repensar nas categorias usadas para entender a desigualdade econômica. Estruturas interseccionais que vão além da categoria de classe revelam como raça, gênero, sexualidade, idade, capacidade, cidadania, etc. se relacionam de maneiras complexas e emaranhadas para produzir desigualdade econômica. (COLLINS, P. H.; BILGE, S., 2021, p.35).

Além disso, o crescimento do populismo de extrema direita associado à postura do Estado neoliberal, geraram uma resposta punitiva e de caráter violento aos protestos sociais que reivindicavam mudanças na conjuntura contemporânea. À vista disso, a análise dessa situação passa a ter necessidade de uma lente interseccional quando há a constatação de que determinados grupos são tratados de modo diferente por essa violência estatal, de maneira que "(...) os poderes ampliados de uma polícia militarizada e cada vez mais privatizada são exercidos de modo mais severo contra as populações menos privilegiadas estruturalmente, cuja localização social nos sistemas entrecruzados de opressão as torna vulneráveis à violência." (COLLINS, P. H.; BILGE, S., 2021, p.172). Isso revela como algumas vidas são vistas como mais descartáveis, não sendo oferecidas a elas oportunidades dignas dentro do sistema social. Assim, mais do que reprimir essas populações, o Estado alinhado à essas políticas estimula a existência de desigualdade.

Nesse âmbito, o neoliberalismo, juntamente às tendências de extrema direita, têm intensificado a forma como as estruturas de poder promovem diferenças entre os setores da sociedade. Dessa forma, a interseccionalidade proporciona uma visão ampla do poder, que age em seus diversos meios, sejam eles legais, ideológicos, culturais ou outros, analisando não só como os Estados operam com o neoliberalismo ou como os movimentos de extrema direita implicam nas políticas governamentais, mas também como as populações diretamente atingidas e prejudicadas reagem a tais ações envolvidas. Este último aspecto, mostra como as pessoas estão atentas às mudanças e às disparidades sociais, e como, também, enxergam semelhanças entre as situações por todo o mundo. Ainda que respeitando suas particularidades, a interseccionalidade permite uma conexão e um compartilhamento de informações, desejos e reivindicações, se unindo em torno do ideal de justiça social.

Isto posto, assinalando o alcance da nova ordem mundial neoliberal, que atua como um sistema normativo, e abrange a maior parte do globo, afetando distintos grupos raciais, étnicos, religiosos, que contam também com características particulares relacionadas ao contexto histórico e social de cada um, a conexão citada é formada a partir de políticas nacionais que se relacionam com políticas globais. Nesse viés, embora distintas, a conjuntura política que as abarca, faz com que interesses próximos se unam e se manifestem de diversas

maneiras, inclusive com protestos de alcance mundial. Assim, essa relação transnacional ocorre porque “as histórias específicas de privação de direitos [...] que se moldam em contextos sociais específicos, não são mais entendidas como eventos separados, mas, ao contrário, como interconectadas” (COLLINS, P. H.; BILGE, S., 2021, p.164).

Portanto, tendo em vista que “os marcos interseccionais revelam as maneiras pelas quais as políticas públicas favorecem as desigualdades sociais” (COLLINS, P. H.; BILGE, S., 2021, p.175) levanta-se a seguinte questão: tendo como objeto de análise a obra *Interseccionalidade* (2016) de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge qual o alcance da interseccionalidade, enquanto ferramenta de análise investigativa e práxis crítica, nos estudos sobre neoliberalismo e identidade política? Esta é a questão central que orienta esse trabalho.

### *Objetivo geral*

O objetivo geral desta pesquisa é investigar e explorar os contornos mais relevantes do conceito de interseccionalidade tal como apresentado na obra *Interseccionalidade* (2016) de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge. Em seguida, tomando o conceito enquanto ferramenta analítica, o projeto pretende investigar como as autoras mostram que ele pode contribuir para análise de políticas globais, em específico os âmbitos do neoliberalismo e da identidade política.

### *Objetivos específicos:*

1. Apresentar os contornos estruturantes do conceito de interseccionalidade baseando-se nas considerações de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge em *Interseccionalidade*; Aqui o capítulo 1 “O que é interseccionalidade?” é o ponto de partida;
2. Analisar os contornos estruturantes da noção de neoliberalismo; Aqui o capítulo 5 “Interseccionalidade, protesto social e neoliberalismo?” é o ponto de partida; (Relatório parcial)
3. Investigar os contornos estruturantes do conceito de identidade; Aqui o capítulo 6 “Interseccionalidade e identidade?” é o ponto de partida;
4. Relatório Final

### *Metodologia*

A pesquisa será fundamentada em torno da análise detida e cuidadosa da obra *Interseccionalidade* (2016) de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, com destaque particular ao conceito de interseccionalidade, neoliberalismo e identidade, também tratados ao longo do

livro. Além disso, servirão de complemento outros autores que exploraram a interseccionalidade ou ajudaram a conceituá-la como tal, bem como autores que trabalharam as noções de neoliberalismo e identidade política.

### *Cronograma de execução*

ATIVIDADES	Primeiro quadrimestre	Segundo quadrimestre	Terceiro quadrimestre
Apresentar os contornos estruturantes do conceito de interseccionalidade; Aqui o capítulo 1 “O que é interseccionalidade?” merecerá análise mais cuidadosa.	X		
Analisar os contornos estruturantes da noção de neoliberalismo; Aqui o capítulo 5 “Interseccionalidade, protestos sociais e neoliberalismo” será o ponto de partida;		X	
Relatório Parcial		X	
Investigar os contornos estruturantes do conceito de identidade; Aqui o capítulo 6 “Interseccionalidade e identidade” é o ponto de partida;			X
Relatório Final			X
Reuniões de orientação	X	X	X

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BILGE, Sirma. Quand l’intersectionnalité interpelle le développement. In: LEVY, Charmain; MARTINEZ, Andrea (orgs.). **Genre, féminismes et développement: une trilogie en construction**. Ottawa, Presses de l’Université d’Ottawa, 2019. p. 405-424.
- BLACKWELL, MAYLEI; NABER, NADINE. Interseccionalidade em uma era de globalização: As implicações da Conferência Mundial contra o Racismo para práticas feministas transnacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 189-198, Jan. 2002. Disponível em:  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 maio 2021.  
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100012>.

BOSE, Christine E. Intersectionality and Global Gender Inequality. *Gender and Society*, vol. 26, no. 1, 2012, pp. 67–72. Disponível em: [www.jstor.org/stable/23212241](http://www.jstor.org/stable/23212241). Acesso em: 20 maio 2021.

CARASTATHIS, Anna. Identity Categories as Potential Coalitions. *Signs*, vol. 38, no. 4, 2013, pp. 941–965. Disponível em: [www.jstor.org/stable/10.1086/669573](http://www.jstor.org/stable/10.1086/669573)>. Acesso em: 21 maio 2021.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé Williams; MCCALL, Leslie. Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. *Signs*, v.38, n.4, 2013. p.917-940. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/669608?seq=1>>. Acesso em: 20 maio 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v.43, 1991. p.1241-1299. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039?seq=1>>. Acesso em: 20 maio 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LÓPEZ, Nancy. “Want Equity? Consider Establishing a Statewide Race, Gender, Class Data Policy Consortium for Social Justice Inquiry, Research, Policy and Social Justice Praxis.” *Race, Gender & Class*, vol. 23, no. 1-2, 2016, pp. 132–149. Disponível em: [www.jstor.org/stable/26529194](http://www.jstor.org/stable/26529194)>. Acesso em: 20 Maio 2021.

OXFAM. **Working for the few**: Political Capture and Economic Inequality. 178 Oxfam Briefing Paper, 20 jan 2014. Disponível em: [https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file\\_attachments/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-200114-en\\_3.pdf](https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-200114-en_3.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2021

WALBY, Sylvia, et al. Intersectionality: Multiple Inequalities in Social Theory. *Sociology*, vol. 46, no. 2, 2012, pp. 224–240. Disponível em: [www.jstor.org/stable/43497253](http://www.jstor.org/stable/43497253)>. Acesso em 21 Maio 2021.